

## O Hotel Municipal de Santa Bárbara d'Oeste<sup>1</sup>

Nesse trabalho buscamos compreender as necessidades, situações e condições que deram origem ao Hotel Municipal fundado em Santa Bárbara d'Oeste em fins da década de 1960. Também, os usos que se fizeram do local, suas modificações e posterior destino do prédio que abrigou o hotel. Também procuramos, ainda que superficialmente, mapear as pensões, hotéis e outros negócios referentes à hospedagem que existiram na cidade antes do Municipal.

### Prelúdio

Séculos antes de César Ritz<sup>2</sup>, personagem que modificaria para sempre a história da hotelaria e hospedagem no mundo, inaugurar o que foi o primeiro hotel planejado em detalhes para a recepção profissional de hóspedes<sup>3</sup> que se tem notícia na história, o Hotel Ritz, em 1º de junho de 1898, na cidade de Paris, na França e gravar seu nome como sinônimo de luxo e requinte, a prática da hospedagem já há muito se desenvolvia ao redor do globo. Historiadores com pretensões ambiciosas entendem os antiquíssimos Jogos Olímpicos<sup>4</sup> da Grécia arcaica como o ponto de partida para a necessidade de as pessoas hospedarem-se. Contudo, antes, ou paralelamente a esse evento, o próprio deslocamento do homem pelo território<sup>5</sup> em atividades bélicas, de conquista ou exploração já havia determinado essa necessidade.

As estalagens na beira das estradas, tanto no continente Europeu como na América latina, as “casas de pasto<sup>6</sup>”, pensões e outros estabelecimentos do gênero ganharam, com o passar do tempo, fundamental importância com o desenvolvimento das sociedades, e tiveram suas próprias funções e meios desenvolvidas e modificadas ao longo do tempo. No território brasileiro, em especial nos grandes centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo, as hospedarias, mais tarde os hotéis mais profissionalizados, foram crescendo em importância com o estabelecimento das estradas de ferro, a vinda de imigrantes<sup>7</sup> e o próprio deslocamento partindo dos grandes centros para os interiores do território acabou por influenciar de forma definitiva as pensões e os hotéis, partindo, evidente, de suas formas mais rústicas até estabelecimentos de níveis sociais maiores. Não é a intenção estender no espaço desse artigo até as origens do ramo hoteleiro no país, mas sim fornecer elementos que constituam base para o entendimento da posterior preocupação das cidades com tais estabelecimentos, o que

<sup>1</sup> Pesquisa e texto José Fernando Fonseca de Rezende e Wander Luíz de Oliveira. Assistentes de documentação do CEDOC da Fundação Romi. Setembro/2020.

<sup>2</sup> Sobre, ver o site: <https://www.britannica.com/biography/Cesar-Ritz> - visitado em 24/08/2020.

<sup>3</sup> Práticas como uniformização de funcionários do hotel, banheiros privativos nos quartos, cozinha especializada etc.

<sup>4</sup> Cf. os seguintes sites: <https://www.revistaturismo.com.br/artigos/origemhotelaria.html> - <https://centroeurop.eu.com.br/blog/breve-historia-da-hotelaria/> - <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/processo-de-evolucao-historica-da-hotelaria/25736> - <https://www.caesar-ritz.ch/life-story/> - todos visitados no mês de agosto/2020.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, o artigo de MACHADO, Flávia Carvalho. **Casas de Pasto: Presença na Proto-História do Turismo no Rio Grande do Sul**. Revista Rosa dos Ventos 6(2) 307-320, abr-jun, 2014. Disponível em: [http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2635/pdf\\_252](http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2635/pdf_252) - visitado em 24/08/2020.

<sup>7</sup> Para os imigrantes e hospedagem, ver, por exemplo: REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores**. E UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. **Nem Brás, nem Flores: Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886)**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

é o nosso objeto de estudo. De passagem, podemos citar que desde o fenômeno da vinda dos portugueses para o Brasil e a consequente exploração do território pelos mais diversos tipos sociais, tais como bandeirantes, religiosos missionários e posteriormente viajantes curiosos e os tropeiros<sup>8</sup>, a questão da hospedagem correu paralelamente a esses eventos, modificando-os e sendo modificada no processo. Dos mosteiros que por vezes acolhiam os andantes até a construção do luxuosíssimo Copacabana Palace<sup>9</sup> no então Distrito Federal, o Rio de Janeiro, existe muita história e cada uma mereceria ser estudada no detalhe. Entretanto, nosso objeto de estudo nesse trabalho é um hotel municipal, inaugurado no final da década de 1960 em Santa Bárbara d'Oeste, interior de São Paulo.

### **Hotéis, pensões e a hospedagem em Santa Bárbara antes do Hotel Municipal – um brevíário**

Numa coluna intitulada “Papeis Velhos<sup>10</sup>”, publicada na edição de 14 de junho de 1931 do jornal Cidade de Santa Bárbara, podia-se ler algumas notícias e anúncios que haviam sido publicados em 1888 num “pequeno jornal” chamado A Aurora. Entre diversas coisas, constava que fora anunciado, naquela edição já velha 43 anos na época da coluna, o Hotel “Modesto Lemos”. Salvo alguma fonte que traga luz sobre um período mais afastado, trata-se de registro dos mais antigos sobre a existência de um hotel na cidade de Santa Bárbara d'Oeste. O trabalho com a história prevê esses percalços; é uma constante revisita ao passado por meio das fontes que concedem um panorama, mais ou menos amplo, acerca de uma época ou um assunto. Embora o acervo<sup>11</sup> do Centro de Documentação Histórica da Fundação Romi (CEDOC) possua em sua guarda vasto acervo dedicado à história local, é natural que existam lacunas temporais que são os limites mesmo das coleções que compõem o acervo. Não obstante, são várias as ocorrências de anúncios, notícias diretas e indiretas sobre serviços de hospedagem em Santa Bárbara d'Oeste nos tempos que antecedem ao Hotel Municipal.

Um exemplo é o “Hotel União”, gerenciado por José Deveza, estabelecimento acerca do qual encontramos menções em jornais da época a partir de 1918 até meados de 1924. Por meio do que se é possível ler nesses anúncios de jornais, notas e outros meios de divulgação, o União provavelmente era um dos melhores hotéis que se tinha em Santa Bárbara até a primeira metade da década de 1920. É possível deduzir isso por meio de notícias como as que seguem.

---

<sup>8</sup> Os tropeiros foram grandes responsáveis, herdeiros de certa forma do bandeirismo, pela abertura de vários caminhos no interior do país e, por consequência, do desenvolvimento das estalagens nas estradas e vilas. Ver o artigo de MACHADO, citado anteriormente, por exemplo, para o caso do tropeirismo no Rio Grande do Sul. Cf. também os seguintes trabalhos: ALGATÃO, Filipe Cordeiro de Souza. **Os tropeiros no século XXI e o sentido contemporâneo dessa atividade: estudos de caso em duas localidades no Vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. MONTEIRO, Rodrigo Rocha. **Territorialidade e Memória tropeira em São Paulo: O Caminho Paulista das Tropas**. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2013.

<sup>9</sup> Sobre o Copacabana Palace, ver principalmente: PORTO, Alessandra de Figueiredo. **Copacabana Palace: imaginário, consumo e estilos de vida no palácio da Princesinha do Mar**. Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Comunicação Social, UERJ, RJ, 2014. E o artigo PORTO, Alessandra de Figueiredo e VACCARINI, Emmanuelle Dias. **Copacabana Palace: o surgimento de um Palácio à beira mar em 1923**. Disponível em: [http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcri/wp-content/uploads/2019/05/Artigo-1\\_Livre.pdf](http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcri/wp-content/uploads/2019/05/Artigo-1_Livre.pdf) - visitado em 25/08/2020.

<sup>10</sup> Cf. o jornal Cidade de Santa Bárbara, 14/06/1931.

<sup>11</sup> Para realizar pesquisas no banco de dados do CEDOC da Fundação Romi, acesse o site: <http://cdoc.fundacaoromi.org.br/> - visitado em agosto de 2020. Caso encontre dificuldade em utilizar o mecanismo, veja a AJUDA, nesse link: <http://cdoc.fundacaoromi.org.br/ajuda2.asp>

Em 26 de abril de 1918, estive em Santa Bárbara, por motivos profissionais, o juiz de direito da cidade de Piracicaba, Rafael Marques Coutinho<sup>12</sup>. O Meritíssimo juiz, enquanto resolvia suas pendências em solo barbarensense, hospedou-se no estabelecimento de Deveza, sendo ali visitado por autoridades locais até que deixou a cidade, partido no trem das 2 horas<sup>13</sup>. Certamente, haviam outros locais para pouso e hospedagem na cidade, principalmente nas ruas centrais, mas é de se considerar que um juiz, figura de importante destaque social, não se hospedaria e tampouco receberia seus visitantes numa espelunca qualquer.

Não só isso serve de base para nossa suposição sobre o Hotel União, mas como, meses depois em julho de 1918, um “animado baile<sup>14</sup>”, com o qual o sr. Antonio de Freitas comemorou o batizado de sua filha, a “interessante menina Maria Izabel<sup>15</sup>”, movimentou o Hotel União até altas horas pois, segundo a nota publicada dias depois, “as danças prolongaram-se com muita animação até a madrugada<sup>16</sup>”. Ou seja, para que esse pai considerasse comemorar o batizado da filha nas dependências de um hotel, o mesmo deveria ser no mínimo decente, a considerar o rígido código moral da sociedade brasileira no início do século XX.

E não pode ser muito distante da realidade a ideia de que o União era muito bem conceituado na cidade, pois, em agosto de 1919, hospedou-se no hotel um engenheiro da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, o dr. Carlos Lima Pereira<sup>17</sup>. O engenheiro ficaria hospedado no local enquanto trabalhasse nas obras do ramal Santa Bárbara – Piracicaba que estava sendo construído pela companhia.

Além desses casos, a partir do início da década de 1920, podia-se entrar em contato com o advogado Luiz Freitas Dias, pelo “telephone 40<sup>18</sup>”, caso estivesse interessado em algum serviço tais como “causas cíveis, orphanologicas, demarcações e cobranças<sup>19</sup>”, ou ir mesmo visitar o casuístico em questão, informando o anúncio que o Dr. Dias tinha residência<sup>20</sup> no Hotel União.

Mas certamente, não só de Hotel União e seus hóspedes refinados vivia a Santa Bárbara das décadas iniciais do século XX. Enquanto o advogado Luiz Freitas Dias anunciava e oferecia seus trabalhos em anúncio de jornal, na mesma página<sup>21</sup>, um pouco acima, está o anúncio do “Hotel Vasco”, cujo proprietário, assinala o reclame, Vasco Altafin, era “o mais exigente, no que diz respeito a limpeza que se acha aos cuidados de sua família<sup>22</sup>”. Talvez não recebesse a clientela selecionado do União, contudo, o Hotel Vasco, localizado no “Largo do Jardim”, região central da cidade, contava com a experiência de seu dono no ramo, pois desde 1916<sup>23</sup> trabalhava como gerente do Hotel Central, de propriedade de sua cunhada<sup>24</sup>, Joanna

---

<sup>12</sup> Sobre Rafael Marques Coutinho, ver o site: <http://wiki.ihgp.org.br/CANTINHO, Rafael Marques> – O juiz piracicabano atuou no julgamento do réu José de Almeida Sampaio, que assassinou, naquela cidade, o artista Almeida Junior. Sobre isso, cf. por exemplo o seguinte blog: <https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/depoimentos/coitado-tio-juquinha-5-11977/>.

Ambos endereços foram visitados no mês de agosto de 2020.

<sup>13</sup> Cf. o jornal A Verdade, de 28/04/1918, p.01.

<sup>14</sup> Cf. o jornal A Verdade, 03/08/1918, p.04.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Ver o jornal A Verdade, 12/08/1919, p.01.

<sup>18</sup> Cf. o jornal A Tribuna, 27/01/1924.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Ver o jornal A Tribuna, 01/01/1924.

<sup>21</sup> Idem, ibidem.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Ver os seguintes jornais: O Barbarensense, 10/09/1916; 15/10/1916; 22/10/1916.

<sup>24</sup> Sobre o parentesco como Joanna Furlan, ver a notícia “**Falecimento Srta. Yole Altafim**” no jornal Cidade de Santa Bárbara de 04/09/1932, p.03.

Furlan. O Hotel Central que era gerenciado por Vasco começou suas atividades estabelecido no número 8 da Rua Santa Bárbara, onde permaneceu até novembro de 1916, quando se mudou<sup>25</sup>, ainda sob a gerência de Vasco, para “o confortável prédio da rua Floriano Peixoto, onde esteve o hotel do sr. Felício Milani<sup>26</sup>”. Contudo, o “bem afreguesado” Hotel Vasco também tinha lá seus requintes. O alfaiate Antonio Corazza, com loja estabelecida na Rua do Commercio, nº 91, na vizinha cidade de Piracicaba, anunciou<sup>27</sup> na edição de 11 de dezembro de 1927 do jornal Cidade de Santa Bárbara que “Para attender os meus amigos e freguezes desta cidade, acho-me todos os primeiros domingos de cada mez no HOTEL VASCO<sup>28</sup>”.

Também preferindo o Hotel Vasco, o sr. Tenente Joaquim Pedroso reuniu “diversos amigos<sup>29</sup>”, oferecendo a eles um “lauto jantar regado de finos vinhos”, para comemorar seu aniversário na noite do dia 24 de junho de 1924. Participaram do jantar de aniversário várias autoridades locais, como Domingos Finamore, Sábato Ronsini e pessoas gradas<sup>30</sup> de Limeira e Villa Americana.

Avançando no tempo, para o ano de 1939, na nota “Casas de pensão”, publicada<sup>31</sup> no jornal Cidade de Santa Bárbara de 16 de abril daquele ano, temos notícias que haviam então estabelecido suas pensões na cidade de Santa Bárbara os srs. Antonio Amarante e Lazaro Alves Maria, com suas casas estabelecidas respectivamente nas ruas Dona Margarida e General Osório, contando o estabelecimento do sr. Lazaro com “bar e restaurant annexos<sup>32</sup>”.

Nos aproximando da época das discussões sobre a construção do Hotel Municipal, nos deparamos, entretanto, com um estabelecimento bastante polivalente, anunciado no Jornal D’Oeste<sup>33</sup> de 21 de novembro de 1954: tratava-se do Bar, Restaurante e Hotel Esplanada, que, dirigido por Carlos Belarmino, localizava-se, segundo o próprio anúncio, “no coração da cidade<sup>34</sup>”, na Praça Coronel Luiz Alves. O Esplanada, além do serviço de hotel, também prometia aos seus fregueses “serviço de bar”, que contava com “churrasco, baurus, pasteis feitos na hora e à vista de seus fregueses<sup>35</sup>”, mas não era só isso; o hotel também contava com um restaurante com uma “cosinha de primeira ordem, ambiente familiar<sup>36</sup>” e, para aqueles que não estavam hospedados, mas desejavam provar das iguarias daquela cozinha: “marmita á domicilio<sup>37</sup>”.

Esses são apenas alguns exemplos de estabelecimentos que tiveram mais visibilidade nas fontes que utilizamos para essa pequena seleção. Não afirmamos, contudo, que eram esses os únicos estabelecimentos que ofereciam hospedagem nas épocas dos citados aqui, mas, com certeza, eram dos mais movimentados e “afreguesados”. Entretanto, segundo o que iremos ver adiante, esses estabelecimentos não bastavam para cumprir o papel esperado no ramo hoteleiro em Santa Bárbara d’Oeste.

## Hotel Municipal

A história do Hotel Municipal que existiu na cidade de Santa Bárbara d’Oeste é extensa. Entre sua idealização, com Dirceu Dias Carneiro (1960-1963) no Executivo, o início das

---

<sup>25</sup> Para a mudança de endereço do Hotel Central, ver: jornal A Verdade, 19/11/1916, p.03.

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> Ver o jornal Cidade de Santa Bárbara, 11/12/1927, p.01.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Ver o jornal A Tribuna de 29/06/1924.

<sup>30</sup> Idem para a lista completa dos convidados do Tenente.

<sup>31</sup> Cf. o jornal Cidade de Santa Bárbara, 16/04/1939.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Ver o Jornal D’Oeste, 21/11/1954, p.01.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Idem.

obras na gestão do prefeito Ângelo Giubbina (1964-1969<sup>38</sup>), sua inauguração na administração de Braulio Pio (1969-1973) até sua desapropriação para utilização do prédio para outros fins, na segunda gestão do prefeito Isaías Hermínio Romano (1989-1992) no ano de 1992, se vão mais de trinta anos de história. Certamente não é o objetivo nesse trabalho contar cada detalhe da história em que o Municipal esteve envolvido, porém, iremos abarcar tanto quanto possível os episódios mais importantes dessa trajetória.

### **O Plano Diretor: o Hotel Municipal era um dos sonhos**

Numa coluna de jornal assinada por um tal Mister X, intitulada “Sonhando com Nosso Futuro<sup>39</sup>”, lê-se em certa altura o seguinte:

“[...] Entre as ruas Prudente de Moraes e S. Bárbara, ergue-se majestoso edifício, de suntuosas linhas arquitetônicas onde funciona o Hotel Municipal, dotado dos mais modernos melhoramentos: quartos, apartamentos, grill-roon, diner-dançante, etc. Este prédio, embelezou mais o coração da nossa cidade [...]”<sup>40</sup>.

Naquele local jamais houve um Hotel Municipal. Como ficamos sabendo ao final da coluna de Mister X, era apenas um devaneio, entre outros que o autor esboça ao longo do artigo, como parques infantis e outros equipamentos para a cidade; contudo, todos eles tem um fator em comum: são entendidos como elementos que trariam o “progresso” para a cidade de Santa Bárbara d’Oeste.

Cerca de dois anos após o onírico artigo, por meio do Decreto 85/1960<sup>41</sup>, o então prefeito municipal Dirceu Dias Carneiro nomeia a “Comissão do Plano Diretor dos Melhoramentos Públicos Municipais”, que teria como missão “entregar o Relatório dos seus estudos e planos gerais, com quadros elucidativos, dentro de 90 dias [...]”. O que tem a ver uma coisa com a outra?

Quem explica é um dos membros nomeados para a citada Comissão, o dr. Alfredo Ribeiro Nogueira, assessor jurídico da gestão de Carneiro, por meio de um editorial publicado no periódico O Jornal do Povo, “Nosso Plano Diretor<sup>42</sup>”. No correr da pena, dr. Nogueira elucida os pontos do trabalho do Plano Diretor que, em suas palavras, seria “planejar, de modo racional e científico os melhoramentos públicos necessários”. A Comissão nomeada por Dias Carneiro não estava para brincadeiras e, de acordo com o editorial, somos colocados a par do minucioso trabalho que estava sendo realizado para a elaboração do dito plano<sup>43</sup>. Para se ter uma ideia do quão profundo os membros da Comissão<sup>44</sup> levaram a elaboração do Plano Diretor requisitado pelo prefeito, eles conseguiram a ajuda do então diretor da FAU-USP<sup>45</sup>,

---

<sup>38</sup> Sobre o período dos mandatos, ver a Galeria dos Prefeitos no site: [http://www.santabarbara.sp.gov.br/v5/index.php?pag=galeria\\_prefeitos&dir=cidade](http://www.santabarbara.sp.gov.br/v5/index.php?pag=galeria_prefeitos&dir=cidade) – visitado em agosto de 2020.

<sup>39</sup> Cf. o Jornal D’Oeste, 26/01/1958, p.01.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Decreto publicado na íntegra na edição de 10/01/1960, p.01, do Jornal D’Oeste.

<sup>42</sup> Cf. O Jornal do Povo, 13/03/1960, p.01.

<sup>43</sup> Caso queira saber mais sobre os Planos Diretores, é interessante saber que os inícios dos anos 1960 foi a época do Plano Diretor, talvez por conta do crescente êxodo rural que obrigou a reestruturação das cidades, mesmo as de grande porte, para adaptar-se a nova demanda da população. Entre diversos trabalhos, citamos o artigo de ULTRAMARI, Clovis e SILVA, Roberto Carlos Evencio de Oliveira da. **Planos Diretores em linha do tempo: Cidade brasileira 1960-2015**. Disponível em: [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%2010/ST%2010.4/ST%2010.4-05.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.4/ST%2010.4-05.pdf) – visitado em agosto/2020.

<sup>44</sup> E eram apenas três, a saber: Alfredo Ribeiro Nogueira, Olavo Milton Mac Knight (engenheiro) e Wilson Biondo, esse último, vereador à época.

<sup>45</sup> Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

professor Anhaia Mello<sup>46</sup>, por meio de quem a Comissão contaria com a ajuda do Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos daquela faculdade<sup>47</sup>.

Satisfeito com o papel que entendia estar cumprindo na administração de Dirceu Dias Carneiro e com fé que parecia inabalável no sucesso prometido pela elaboração e posterior execução do Plano Diretor, Nogueira diz, jocoso, que em breve a “equipe de pinguços<sup>48</sup>” de Dirceu Dias Carneiro dotaria Santa Bárbara d’Oeste de diversos melhoramentos que a colocariam definitivamente nos trilhos do progresso, e, lá estava, entre esses melhoramentos projetados, o germe do Hotel Municipal.

### **Do passeio a queda: Política x Ideais**

Cerca de dois meses depois do dr. Nogueira ter detalhado os passos seguidos pela Comissão nomeada para elaborar o Plano Diretor que seria posto em prática nos anos seguintes da administração de Dirceu Dias Carneiro a frente do executivo barbarenses, o mesmo assessor volta a carga em editorial<sup>49</sup> publicado também na primeira página do *Jornal do Povo*<sup>50</sup>, na edição de 22 de maio de 1960, esmiuçando ainda mais o tal Plano e, o que nos é mais interessante, elencando e explicando cada um dos melhoramentos que seriam objetivo desse trabalho.

Ali, entre as explanações em detalhe de cada um dos equipamentos que o Plano julgava necessário a Santa Bárbara, estava a construção de um Hotel. O estabelecimento, esclarecia o artigo, poderia ser um empreendimento da iniciativa privada e, nesse caso, contaria com uma série de benesses<sup>51</sup> dos poderes constituídos ou mesmo da alçada completa do Executivo. Contudo, o Plano ditava o que seria, naquela elaboração técnica, um Hotel que bastasse para satisfazer os anseios de seus autores e, segundo eles, da própria população. O Hotel deveria ter, em seu andar térreo “um CINEMA e aos lados bares, café americano e LOJAS COMERCIAIS<sup>52</sup>”, cuja serventia capital seria “abrigar viajantes e hospedar temporariamente autoridades e visitantes<sup>53</sup>”.

Da parte do prefeito em exercício, Dirceu Dias Carneiro, não faltaria empenho para ver o seu Plano Diretor em ação. A oportunidade que apareceu, em 1º de agosto de 1962, foi um almoço<sup>54</sup>, para o qual o prefeito barbarenses e outras autoridades municipais foram convidadas pelo governador do Estado de São Paulo, Carvalho Pinto, no Palácio dos Campos Elíseos<sup>55</sup>. Após o almoço, Carneiro e o Presidente do Legislativo barbarenses, Walter Aranha de Oliveira, entregaram ao governador em seu gabinete<sup>56</sup>, em mãos, um memorial com diversas reivindicações, documento que o governador prometeu estudar e atender na medida do possível. Recheado de pedidos de empréstimo e auxílios financeiros, o memorial que os políticos barbarenses entregaram ao professor Carvalho Pinto era, na verdade, uma tentativa de subsidiar, ou no mínimo alavancar com os empréstimos fiados pelo governo do Estado, o

---

<sup>46</sup> Para se ter uma ideia do que representava na época esse personagem, ver o artigo disponível em: <http://www.saopauloinfoco.com.br/luiz-ignacio-de-anhaia-mello/> - visitado em Agosto/2020.

<sup>47</sup> Ver o *Jornal do Povo*, 13/03/1960.

<sup>48</sup> Provavelmente uma provocação feita a Dirceu D. Carneiro e seus correligionários por adversários políticos na oportunidade.

<sup>49</sup> Cf. o artigo **Uma Administração em Marcha – II**, em *O Jornal do Povo*, 22/05/1960, p.01.

<sup>50</sup> Não por acaso o periódico em questão era de propriedade do próprio Carneiro.

<sup>51</sup> Entende-se que seria o caso de auxílios fiscais, dados pela Prefeitura ou pelo Governo do Estado para a concretização do negócio.

<sup>52</sup> Op. Cit. Caixa alta no original.

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> Cf. *O Jornal do Povo*, 05/08/1962, p.01.

<sup>55</sup> Em 1962, a sede do governo estadual de São Paulo ainda ficava no Campos Elíseos. Somente cinco anos mais tarde é que se mudaria para o Palácio dos Bandeirantes, no bairro do Morumbi.

<sup>56</sup> *O Jornal do Povo*, 05/08/1962, p.01.

famoso Plano Diretor que havia sido elaborado e, talvez, fosse pela ambição desmedida de tal plano ou pelo fato de ver que o mesmo já fazia água pela falta de recursos no caixa da prefeitura para viabilizá-lo, Carneiro e seus próceres estavam tentando uma cartada definitiva no afã de encetar o Plano. No 12º ponto das reivindicações, havia um pedido de empréstimo de dez milhões de cruzeiros para a construção de um “Hotel Municipal” na cidade, visto que, justificavam, “[...] não possuir nossa cidade um Hotel decente e confortável, para receber visitantes, viajantes [e] convidados especiais<sup>57</sup>.”

Entretanto, do que foi planejado, absolutamente nada foi conseguido. E, a julgar pelo artigo publicado numa edição de domingo do mesmo O Jornal do Povo, já em agosto de 1963<sup>58</sup>, o problema eram cizânias políticas. Inferimos das palavras do autor, que não é identificado, porém pelo estilo parecer tratar-se do incansável assessor jurídico, o dr. Nogueira, que o Plano Diretor planejado e almejado, talvez até mesmo o carro chefe da administração Dias Carneiro, encontrou sérios entraves no legislativo barbarensense da época.

Citando um artigo escrito na edição de aniversário do Jornal D’Oeste, o autor faz daquelas as suas palavras dizendo que sonhou com um “hotel municipal, cartão de visitas da nossa hospitalidade e cortezia [sic] contendo um bom restaurante e decentes acomodações<sup>59</sup>”, mas, lamenta o autor anônimo, esses mesmos sonhos poderiam ter sido realizados SE a cidade estivesse enquadrada em um “Racional Plano Diretor”, e complementa: “Plano Diretor este que foi apresentado pelo nosso Prefeito Municipal a Câmara Municipal e engavetado, infelizmente [...]”. A Expressão a seguir, em caixa alta no original, demonstra toda a sua indignação pela disputa que fez com que o Plano da administração Dias Carneiro não vingasse: “Um dia haverá compreensão entre os nossos políticos<sup>60</sup>”.

Pelo menos por hora, no apagar das luzes da gestão de Dirceu Dias Carneiro e seu ambicioso Plano Diretor no qual todo seu *staff* colocava tanta esperança, estava vencido, e com ele, a construção do Hotel.

### **Dos projetos para a cidade: a construção do prédio do Hotel**

Não quer dizer que o Hotel Municipal tenha sumido da pauta das conversas entre os políticos, tanto os de oposição quanto os situacionistas, mas, ao menos na imprensa local, o assunto arrefeceu de maneira significativa. Não há menção de grandes movimentos nesse assunto até os anos finais da administração de Ângelo Giubbina, quando aparece, agora sim para valer, publicado na edição de 23 de junho de 1968 do Jornal D’Oeste<sup>61</sup>, o Edital nº 18/68, que abria, finalmente, “Concorrência Pública para construção do prédio do Hotel Municipal”. Aos interessados, endereçava-se uma série de exigências burocráticas e pedia-se também um caução, pago em dinheiro ou em títulos, de NCr\$ 1.000,00 para participar do certame. O edital foi publicado por mais algumas edições<sup>62</sup> no periódico, até que, pelo mesmo veículo de imprensa, ficamos sabendo que “[...]sr. Angelo Giubbina, nosso estimado prefeito [...]”<sup>63</sup> “[...] está executando a construção do Hotel Municipal [...]”<sup>64</sup>. Ainda, prometia aos leitores uma cobertura completa do andamento das obras na próxima edição dominical do jornal.

O que foi pontualmente cumprido. Na 1ª página do Jornal D’Oeste do dia 21 de julho de 1968, logo abaixo do cabeçalho da edição, lia-se: HOTEL MUNICIPAL. A matéria, que ocupa grande parte da principal página da edição, entoava quase uma canção de amor para Giubbina,

---

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Cf. o Jornal do Povo, 04/08/1963.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> Ver o Jornal D’Oeste, 23/06/1968.

<sup>62</sup> Cf. Jornal D’Oeste, 27 e 30 de junho de 1968 e 4 e 7 de julho de 1968.

<sup>63</sup> Cf. o Jornal D’Oeste, 18/07/1968.

<sup>64</sup> Idem.

exaltando sua “visão administrativa<sup>65</sup>”, entre outros elogios, enquanto reporta que, a partir de dezembro, prazo máximo estipulado em contrato celebrado com a empresa vencedora da concorrência, a saber, a construtora Morais Ferrari & Cia Ltda<sup>66</sup>, Santa Bárbara d’Oeste não mais precisaria se envergonhar quando, “assistimos ao doloroso espetáculo de pessoas que aqui precisam vir e que, por falta de um Hotel moderno, se dirigem a Americana ou Piracicaba, para se alojarem nos estabelecimentos hoteleiros. Agora, vamos ter o nosso magnífico Hotel [...]”<sup>67</sup>.

A matéria prelibava o empreendimento, escrevendo que ali, “na Rua Prudente de Morais, esquina com a João Buford, ao lado do grande [sic] Mercado Municipal<sup>68</sup>”, seria erguido um “edifício majestoso de dois pavimentos, tendo no pavimento térreo, duas salas de espera, uma sala de estar, um grande refeitório de 21,70 ms. x 9,40 ms o que equivale, assinalavam, a uma área de 204 metros quadrados<sup>69</sup>”. “Todo o edifício”, gabava-se a matéria, “terá 1.600 metros de área construída<sup>70</sup>”. Vale ler a matéria toda, que detalha até o tipo de pastilha que seria usada para revestir o prédio.

Por meio do jornal Edição Barbarense<sup>71</sup> de dezembro do ano de 1968, somos informados que o prédio do hotel, que ainda não estava terminado pela construtora vencedora da concorrência e contratada pela Prefeitura de Santa Bárbara para levar a termo as obras, ainda não estava concluído, contudo, estavam todos ainda apostando na data limite pedida pela construtora para a entrega das obras.

O prazo foi cumprido pela construtora, ao que consta ao menos nas fontes com as quais trabalhamos, contudo, ainda sem ocupação; em março de 1969, já na gestão do prefeito Braulio Pio, dois vereadores em sessão<sup>72</sup> da Câmara Municipal local, Gilberto Colla e José Mario da Silva, criticaram duramente o empreendimento. O vereador Colla, segundo o jornal, disse contra o recém construído prédio que o mesmo “está com dez anos de atraso em relação aos projetos atuais” e que sequer o hotel passaria por uma inspeção sanitária. Os edis concluíram, e protestaram, contra o que entendiam ser (a construção do prédio do hotel) nada além de uma “má verbação do dinheiro público<sup>73</sup>”.

Os problemas em torno do prédio que, já concluído, ainda não tinha sido colocado para funcionar, pareciam se avolumar cada vez mais. As dificuldades pareciam ser de natureza mais fortuita do que administrativa. Era, enfim, complicado encontrar alguém disposto a tocar o Hotel Municipal. Também, o prédio pronto, mas desocupado, estava se tornando o um atrativo para eventuais saqueadores que, entre outras coisas, estavam tomando emprestado do prédio coisas como torneiras, fiações e depredando as instalações. Isso foi uma informação dada em Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Santa Bárbara e, o vereador José Maria Crivelari<sup>74</sup> informou que chegou aos seus ouvidos que os vândalos não era o único problema daquela obra ainda não inaugurada: havia também os casais inescrupulosos que, a se aproveitar da penumbra do prédio ainda desabitado, cometiam lá “verdadeiros atentados à moral<sup>75</sup>” e, na oportunidade, indica ao prefeito que destaque um efetivo da guarda noturna

---

<sup>65</sup> Ver o Jornal D’Oeste, 21/07/1968, p.01.

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> Ver o jornal Edição Barbarense, 07/12/1968.

<sup>72</sup> Cf. a Ata da 4ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Santa Bárbara d’Oeste. O assunto do Hotel é abordado da página 10 em diante.

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> Cf. a nota: **Um mercado de licenciamentos**, publicada no jornal Edição Barbarense de 22/03/1969, p.01.

<sup>75</sup> Idem.

para coibir tais atividades e que, além do patrimônio público, ficasse resguardada a “moral e os bons costumes”<sup>76</sup>.

### **Antes da inauguração: as polêmicas**

A Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d’Oeste, por meio do Edital nº 7/69<sup>77</sup>, publicado no Jornal D’Oeste de 4 de maio de 1969, abria concorrência pública para o arrendamento do Hotel Municipal. As propostas, determinava o edital, deveriam ser entregues na Secretaria Municipal até às 14 horas do dia 27 de maio do mesmo ano, e, além das exigências burocráticas de praxe e de o interessado informar o quanto estaria disposto a pagar pelo arrendamento, deveria responder um questionário que versava, em sua maior parte, sobre a experiência do proponente no ramo hoteleiro (guardem essa informação!) e, até, com a obrigação de mobiliar o Hotel, se o faria com móveis e utensílios usados ou novos. Deveria também se comprometer com a Prefeitura de Santa Bárbara d’Oeste a iniciar as atividades no Municipal dentro de no máximo 60 dias a contar da assinatura do contrato.

Não obstante o rigoroso edital para o arrendamento, o resultado foi absolutamente desanimador<sup>78</sup>: no prazo limite estabelecido pela Prefeitura, as 14 horas do dia 27 de maio, apenas um envelope se encontrava na mesa da Secretaria para pleitear o arrendamento do Hotel. Cumprindo as formalidades do estilo, a única proposta havida foi enviada para uma comissão que analisaria sua pertinência. E assim mesmo, abria enorme polêmica em torno de seus desenvolvimentos.

Acontece que proponente era um comerciante local e ex-vereador<sup>79</sup> chamado José Gonçalves, conhecido popularmente pela alcunha de “Zé vidraceiro”, que, apesar de ter certa cancha no comércio<sup>80</sup>, nunca tivera nada a ver com hotéis. Provavelmente achou que era um bom investimento e resolveu tentar a sorte, sem atinar talvez, que seria o único a fazê-lo na oportunidade.

O fato é que o valor estipulado por Gonçalves e aceito prontamente pelo executivo barbarensense causou enorme alvoroço em vários setores da cidade, mormente no legislativo que, antes ainda, como se viu, já havia virado sua artilharia para o Hotel Municipal questionando, sobretudo, sua própria razão de ser. O valor do arrendamento? A importância de NCr\$ 300,00 mensais...

Isso traria grandes problemas para o chefe do executivo, principalmente, pois, em 3 de setembro de 1969, Pio foi convidado pela diretoria do Instituto de Educação Comendador Américo Emílio Romi para uma palestra aos estudantes daquela instituição<sup>81</sup>. Contudo, ao final da palestra, o prefeito foi sabatinado por uma série de perguntas sobre sua administração e, como não poderia deixar de ser, foi indagado a respeito do polêmico arrendamento do Hotel Municipal. A pergunta do estudante<sup>82</sup> ia no sentido que já era senso comum na cidade, o valor, considerado extremamente baixo, do aluguel a ser pago pelo arrendatário aos cofres públicos. Braulio Pio respondeu como uma boa saída: argumentou que desde seu projeto, o Hotel não fora planejado para dar lucro<sup>83</sup> e sim a cumprir determinado papel no “progresso” da cidade, o

---

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Cf. o Jornal D’Oeste, 04/05/1969. Também sobre o arrendamento do hotel, ver o jornal Edição Barbarensense, 10/05/1969.

<sup>78</sup> Ver o jornal Edição Barbarensense, 31/05/1969 e jornal Correio Barbarensense, 08/06/1969.

<sup>79</sup> Integrou a 28ª Legislatura da Câmara Municipal de Santa Bárbara d’Oeste, durante o período de 1964 a 1968. Cf. o site: <http://www.camarasantabarbara.sp.gov.br/Pagina/Listar/365> - visitado em agosto/2020.

<sup>80</sup> Além das duas vidraçarias, também fora, por certo tempo, dono de uma loja de brinquedos infantis, empreendimento do qual se desfez.

<sup>81</sup> Cf. o Jornal D’Oeste, 07/09/1969.

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Idem.

de acolher visitantes. Não sabemos se o estudante em questão se deu por satisfeito com aquela resposta na ocasião, mas, certamente, o vereador Gilberto Colla continuava furiosíssimo com o andar da carruagem.

Não por acaso, na edição do dia 24 de agosto do jornal Correio Barbarense<sup>84</sup>, um quadro no canto superior direito da 1ª página, com certo destaque, trazia uma nota indignada, dizendo que o Hotel Municipal, com 8 apartamentos e 25 quartos fora arrendado pelo que chamaram de “aluguel de amigo<sup>85</sup>”.

O conflito foi mais longe: no mesmo número do jornal Edição Barbarense, do dia 6 de setembro de 1969<sup>86</sup>, no qual anunciava que se daria naquele dia a inauguração do Hotel Municipal, traz na página 6 a notícia: “Arrendamento do Hotel Municipal é ilegal”. A frase fora tirada de uma intervenção do já conhecido detrator do Hotel, o vereador Gilberto Colla, em sessão ordinária da Câmara Municipal de Santa Bárbara d’Oeste. Segundo o edil, o executivo havia “atropelado o legislativo”, ao ignorar o parecer da casa sobre o arrendamento do Hotel Municipal.

O jornal Correio Barbarense, na sua edição de 7 de setembro de 1969<sup>87</sup>, teria 1ª página quase que integralmente dedicada ao assunto do Hotel Municipal. O editorial, Nossa Opinião, o quadro do Destaque desfiavam o assunto, além de trazer uma PETIÇÃO, alegadamente fruto da “inconformação popular<sup>88</sup>”, que pedia aos “altos mandatários brasileiros<sup>89</sup>” “procederem o levantamento” e “apurar responsabilidades” pelo arrendamento do Hotel, que, como já vimos, na visão deles, era irregular.

### **Inaugurado e funcionando: Grande Hotel Municipal**

Apesar de toda a polêmica e discussões que o Hotel Municipal gerou desde sua construção até seu arrendamento, o empreendimento, já preparado para entrar em pleno funcionamento, foi inaugurado na manhã de sábado do dia 6 de setembro de 1969<sup>90</sup>.

Às dez horas, estavam reunidos no prédio nº 231 da Rua Prudente de Moraes o Prefeito Municipal Braulio Pio, o ex-Prefeito Ângelo Giubbina, vereadores<sup>91</sup>, autoridades policiais e o Padre Victorio Freguglia, que procedeu as bençãos das instalações do hotel. Além da inauguração, a data também era do aniversário de José Gonçalves, que celebrou com os convidados oferecendo um coquetel. Após a solenidade, todos os convidados conheceram as dependências do Hotel Municipal.

Numa aparente trégua com aqueles que rechaçavam o Hotel Municipal, nos anos que se seguiram a inauguração, o estabelecimento continuou funcionando e não se tem notícias de que os valores do arrendamento tenha sido modificado ou que as críticas sobre as condições que revestiram o processo de concorrência pública tenha causado mais incômodo ao prefeito ou ao sr. José Gonçalves.

Anunciando o hotel como “Grande Hotel Municipal<sup>92</sup>”, o hotel passou a ser utilizado, como se era esperado, por “visitantes ilustres”, como no caso da hospedagem do Governador

---

<sup>84</sup> Também não por acaso, o periódico em questão era de propriedade do vereador Colla. Cf. Correio Barbarense, 24/08/1969.

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> Ver o jornal Edição Barbarense, 06/09/1969, p.01 e 06.

<sup>87</sup> Cf. o jornal Correio Barbarense, 07/09/1969.

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> Naquela época, valia dizer, os militares.

<sup>90</sup> Cf. o jornal Edição Barbarense, 06/09/1969. Também o Jornal D’Oeste, 11/09/1969.

<sup>91</sup> José Gonçalves, o arrendatário do Hotel, enviou convite à Casa para todos os vereadores. Evidentemente, nem todos apareceram. Cf. o resumo da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Santa Bárbara d’Oeste de 1º de setembro de 1969 publicada no jornal Edição Barbarense de 13/09/1969.

<sup>92</sup> Cf. por exemplo o anúncio no jornal Edição Barbarense de 07/02/1970.

do Rotary<sup>93</sup>, Moacyr de Mello Sá, em 30 de setembro de 1969. Os membros do Rotary barbareense até publicaram nota parabenizando Gonçalves pela “fidalga e carinhosa” recepção ao Governador.

No feriado<sup>94</sup> de 4 de dezembro de 1970, aconteceu um jogo amistoso entre o União Agrícola Barbareense F.C e o Rio Branco Atlético Clube, de Vitória, no Espírito Santo. Os times se enfrentariam num jogo cuja renda seria revertida em prol da Casa da Criança<sup>95</sup>. A delegação capixaba deveria chegar na cidade no dia 29 de novembro, e, enquanto realizava seus treinos no Estádio Antonio Lins Ribeiro Guimarães, ficou concentrada no Hotel Municipal.

Em 17 de outubro de 1971, José Gonçalves inaugurou, nas dependências do Hotel Municipal, um restaurante<sup>96</sup>. De acordo com as notícias, Gonçalves contratou os “serviços de um mestre-cozua”, possibilitando agora, não apenas os hóspedes<sup>97</sup>, mas também qualquer pessoa que desejasse, pudesse experimentar “diferentes pratos nacionais e internacionais”. Foi ali, no recém inaugurado restaurante, que mandatários do esporte barbareense receberam o jornalista esportivo<sup>98</sup> Belmiro Fanelli<sup>99</sup>, às 19h30 da noite de 19 de novembro de 1971, para um jantar onde o mesmo foi homenageado<sup>100</sup>.

Contudo, a calma reinante cessaria para José Gonçalves com o Decreto 575-73<sup>101</sup>, de 9 de janeiro de 1973, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d’Oeste cancelando a concessão de uso do prédio do hotel. A Prefeitura pedia a restituição do prédio do hotel. Gonçalves até tentou fazer valer o que entendia serem seus direitos na justiça, e, no dia 21 de março de 1973<sup>102</sup>, impetrou um mandado de segurança contra a Prefeitura barbareense, apenas para dias depois, ver negado seu pedido e mantida a decisão da Prefeitura.

Uma longa arenga entre o arrendatário e o Executivo barbareense se prolonga por anos após o decreto, contudo, interessa-nos saber que, por fim, a Prefeitura conseguiu o prédio, e, o sr. José Gonçalves, ao que tudo indica tinha gostado do ramo hoteleiro, se despede da cidade e seus habitantes por meio de nota publicada na edição de 11 de dezembro de 1975<sup>103</sup> do Jornal D’Oeste, informando que abriria hotel em Ilha Bela<sup>104</sup>, no litoral norte de São Paulo. Estava encerrado um ciclo do Hotel Municipal.

Depois de um tempo de portas fechadas<sup>105</sup>, e um novo decreto de abertura de concorrência pública<sup>106</sup> para o arrendamento<sup>107</sup> do Hotel Municipal, em 15 de maio de 1976<sup>108</sup>, com um coquetel que marcaria o retorno das atividades do estabelecimento, o hotel voltaria a funcionar, agora sob a direção da empresa Comercial Hoteleira Orlando Rigo Ltda<sup>109</sup>, que já gerenciava um hotel na cidade de Piracicaba.

---

<sup>93</sup> Ver o Jornal d’Oeste, 28/09/1969 e 09/10/1969.

<sup>94</sup> Em Santa Bárbara d’Oeste, é aniversário de fundação da cidade.

<sup>95</sup> Cf. o Jornal D’Oeste de 29/11/1970.

<sup>96</sup> Cf. Jornal D’Oeste, 21/10/1971; jornal A Folha, 24/10/1971; jornal Edição Barbareense, 23/10/1971;

<sup>97</sup> Ver os seguintes jornais: Edição Barbareense, 06/11/1971; 20/11/1971 e 04/12/1971.

<sup>98</sup> Fanelli era jornalista do jornal A Gazeta Esportiva. Cf. o jornal A Folha, 21/11/1971.

<sup>99</sup> Ver o jornal A Folha, 21/11/1971.

<sup>100</sup> Idem e também o jornal Edição Barbareense de 27/11/1971.

<sup>101</sup> Jornal D’Oeste, 18/01/1973.

<sup>102</sup> Edição Barbareense, 28/04/1973.

<sup>103</sup> Cf. Jornal D’Oeste, 11/12/1975.

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> Tempo esse que foi bom para os negócios de “Tia Pituca”, proprietária de outro hotel da cidade. Cf. no Jornal D’Oeste de 12/02/1976.

<sup>106</sup> Jornal D’Oeste, 08/01/1976.

<sup>107</sup> Cf. o jornal Edição Barbareense de 07/02/1976.

<sup>108</sup> Ver o jornal Edição Barbareense, 15/05/1976.

<sup>109</sup> Ver, por exemplo, o jornal Edição Barbareense, 15/05/1976 e Jornal D’Oeste, 13/06/1976.

A empresa permaneceu na direção do Hotel Municipal até 1984, quando um novo processo de arrendamento dá a concessão a Antonio Cogo<sup>110</sup>, que viria a ser o último arrendatário do hotel.

### **Da desocupação ao Centro Médico: o fim do Hotel Municipal**

No dia 9 de agosto de 1990, por meio do Decreto nº 2451, a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste mais uma vez forçava a rescisão unilateral do contrato de concessão do uso do prédio do Hotel Municipal. A primeira vez tinha sido na década de 1970, ainda na administração de Braulio Pio.

Desde essa data, meados da década de 1970, aventava-se a possibilidade de novos usos para aquele prédio e não apenas para o hotel. As alegações eram várias, desde a boa localização do prédio, o que lhe aumentava significativamente o valor de uma possível venda<sup>111</sup>, ou até usos para abrigar outros serviços municipais, como pronto-socorro ou o Departamento de Água e Esgoto da cidade<sup>112</sup>.

A 2ª gestão do prefeito Isaias Hermínio Romano encampou a ideia de dar melhor, no entender deles, uso ao prédio que até então servira aos propósitos de hotel e muniu-se de uma artilharia jurídica para conseguir a desocupação do prédio, na época, concedido a Antonio Cogo. Este, por sua vez, batia o pé que sua concessão vigorava até o ano de 1992<sup>113</sup>, e se dependesse dele, faria valer esse direito. Uma das reclamações de Cogo é de que jamais havia sido procurado por pessoas da Prefeitura para tratar do assunto. Conheceu o caso por meio do Decreto que fazia findar a concessão. Caso não fosse possível fazer valer o tempo de concessão que rezava em contrato, Cogo exigia indenização<sup>114</sup>. A partir disso, desenvolveu-se um imbróglio jurídico que durou até a Sessão Ordinária da Câmara Municipal do dia 30 de julho de 1991<sup>115</sup>, quando os vereadores aceitaram o projeto de desocupação vindo do Executivo, colocando um ponto final no que seria o último capítulo da história do hotel. Antonio Cogo, ao que parece, resignou-se com uma indenização de Cr\$ 6 milhões<sup>116</sup> oferecida pela Prefeitura Municipal e entregou as chaves do Hotel Municipal em 31 de agosto de 1991. Após mais de um ano de reformas e adaptações no prédio que servira ao hotel municipal, no dia 20 de novembro de 1992, a Prefeitura de Santa Bárbara inaugurou o Centro Médico Municipal Dr. Domingos Finamore<sup>117</sup>, numa solenidade que reuniu diversos vereadores, populares e outros convidados.

O prédio atendeu as atividades da saúde no município até 2020 quando foi demolido.

---

<sup>110</sup> Ver o jornal Diário de Santa Bárbara, 20/12/1988.

<sup>111</sup> Em sua primeira administração como prefeito, José Maria de Araújo Junior cogitou a venda do prédio do Hotel Municipal. A Câmara Municipal, entretanto, derrubou o projeto do executivo e a venda não foi efetuada. Ver, por exemplo, o jornal Edição Barbarense, 15/02/1987, p.01.; 28/02/1987. E também o Jornal D'Oeste, 31/12/1987.

<sup>112</sup> Ver o jornal Edição Barbarense, 28/02/1987.

<sup>113</sup> Ver o Jornal Diário de Santa Bárbara, 20/10/1990; 23/10/1990;

<sup>114</sup> Idem, 02/04/1991 e 13/04/1991.

<sup>115</sup> Cf. jornal Diário de Santa Bárbara, 01/08/1991, p.01 e 03; Jornal Leste em Notícias, 02/08/1991, p.01 e 04; Jornal Leste, 02/08/1991; Agora Jornal, 03/08/1991.

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> Cf. Informativo Municipal Administração Romano (boletim), ano III, nº 4, abril de 1992. E o Jornal Diário de Santa Bárbara, 15/09/1992 e 20/11/1992.